



Dossiê: Currículos, corpos femininos, corpos lgbtqiapn+ e as pesquisas com os cotidianos nos diversos *espaçostempos* educativos

Justiças Epistêmica e Científica: por teorias e metodologias feministas no Ensino Superior

Epistemic and Scientific Justice: For feminist theories and methodologies in Higher Education

Daniela Auad
Fabiana Carlucci
Cláudia Lahni

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
Sorocaba - Brasil

Resumo

Ler mulheres e tê-las como referências, além de se apresentar como reflexão sobre mulheres e ciência, recoloca o debate da autoria feminina e o lugar ocupado pelas mulheres no campo de produção de conhecimento em momento histórico singular. Assim, a partir de estudos feministas e inseridas no campo das pesquisas que consideram a categoria gênero, apresentamos texto oriundo de pesquisa cuja metodologia objetiva a valorização das mulheres na apropriação e produção de conhecimento científico, seja nos cursos de graduação e de pós-graduação, seja nas dissertações de Mestrado e nas teses de Doutorado.

Palavras-chave: Ensino superior; Metodologia de pesquisa; Feminismos.

Abstract

Reading women and having them as references, in addition to presenting itself as a reflection on women and science, reintroduces the debate on female authorship and the place occupied by women in the field of knowledge production in a unique historical moment. Thus, based on feminist studies and inserted in the field of research that considers the gender category, we present a text originating from research whose methodology aims to value women in the appropriation and production of scientific knowledge, whether in undergraduate and postgraduate courses, whether in Master's dissertations or Doctoral theses.

Keywords: Higher education; Research methodology; Feminisms.

Introdução

No dia 6 de novembro de 2024, em Brasília, 15 pesquisadoras - sendo três de cada região do País e, por área, cinco em Exatas, cinco em Médicas e cinco em Humanas – receberam o Prêmio CAPES Elsevier 2024 – Mulheres na Ciência. A premiação foi organizada e dada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) - e pela Elsevier - empresa editorial especializada em conteúdo científico, técnico e médico. Em que se pese que as vencedoras foram selecionadas “a partir do indicador de citações ponderadas por disciplina, que mede o impacto de um trabalho em relação a outros trabalhos do mesmo tipo, disciplina e ano de publicação, extraído da ferramenta de avaliação de produção científica e de métricas”ⁱ, SciVal, que é da empresa Elsevier – e, portanto, pode-se refletir criticamente sobre tal contagem –, trata-se de uma iniciativa que buscou dar visibilidade à produção científica feminina brasileira, o que sem dúvida é algo apreciável.

No mesmo dia, durante a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) lançaram o edital do Prêmio Mulheres e Ciênciaⁱⁱ, que havia sido anunciado em outubro, pelo governo federal. Conforme o edital, serão premiadas seis pesquisadoras de cada uma das três grandes áreas do conhecimento (Ciências da Vida, Ciências Exatas, da Terra e Engenharias e Ciências Sociais, Letras e Artes) em duas categorias, que são chamadas de Estímulo, para pesquisadoras com até 45 anos, e de Trajetória, para cientistas com mais de 46 anos de idade. Também haverá uma premiação na categoria Mérito Institucional, para três instituições de ensino superior ou institutos de pesquisa com ações voltadas para a igualdade de gênero. Além do MCTI e CNPq, o prêmio é apoiado pelo Ministério das Mulheres, o British Council Brasil e a Corporação Andina de Fomento, visando a promoção da igualdade de gênero dentro da academia.

Fruto de muita pesquisa, mobilização e pressão feminista, essas ações por parte do governo federal são importantes e necessárias. Afinal, sabemos que a violência contra a mulher ainda persiste, na sociedade em geral. Sobre isso, entre outras fontes, conforme reportagem publicada pela EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), feita por Ana Cristina Campos (2024), temos a informação que, no mínimo, a cada 24 horas, oito mulheres são vítimas de violência doméstica, índice que aumentou de 2022 até 2023. Infelizmente, além dos

lares, as diversas formas de violência contra as mulheres estão em praticamente todos os lugares.

Sabemos que a pandemia agravou consideravelmente a iniquidade social em nosso país, acentuando ainda mais questões já profundamente enraizadas na sociedade, especialmente aquelas relacionadas a gênero, raça, classe, orientação e identidade sexual. Conforme demonstram várias pesquisas citadas em artigo online do jornal *Outras Palavras*, intitulado “Por que a pandemia afasta mulheres da ciência” (Beatriz Coutinho et al, 2020), podemos observar essas discrepâncias também no cenário acadêmico. A desigualdade de gênero, com menos mulheres em comparação aos homens, é resultado de uma construção social.

Destaque no 4º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciênciaⁱⁱⁱ – promovido pelo *Parent in Science*, realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2024, no Rio de Janeiro –, pesquisa de Mestrado em Ciências Biomédicas da Universidade Federal Fluminense revela que mães cientistas apresentam quase o dobro de vulnerabilidade à depressão do que os pais. Conforme notícia publicada no site da UFF^{iv}, a dissertação de Mestrado foi elaborada pela mestra Sarah Rocha Alves sob a orientação das professoras Letícia de Oliveira e Mirtes Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biomédicas (PPGCB/UFF), e enfatiza as diferenças históricas e culturais entre homens e mulheres, que fazem com que essas sejam sobrecarregadas, especialmente com as funções de cuidado voltadas para a criação de filhos e filhas. Como resultado de tal situação, entre outros, é percebido o “teto de vidro” – embora sejam maioria na graduação e na pós-graduação, o percentual de mulheres diminui drasticamente à medida que avançam na carreira acadêmica.

Essas e outras informações nos mostram que a academia, assim como a maioria dos setores intelectuais e profissionais da sociedade, foi originalmente moldada por e para os homens, especialmente brancos e heterossexuais. Reconhecemos, portanto, as dificuldades que enfrentamos ao lidar com fundamentos teóricos que se concentram estritamente na perspectiva feminina também como aporte teórico em nossas pesquisas. Essas dificuldades não se limitam apenas à contextualização de alguns conceitos, mas afetam significativamente nossa experiência diária na academia. Isso se manifesta, por exemplo, na resistência de colegas, professores e professoras que insistem na impossibilidade de abordarmos certos tópicos sem fazer referência a autores masculinos. Por outro lado, é absolutamente comum

e lamentável encontrarmos trabalhos acadêmicos nos quais as referências não incluem sequer uma mulher.

No artigo de Almeida (2020), “A Pesquisa Científica a partir de Olhares Feministas”, a doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco traz à tona reflexões sobre o que se constitui fazer uma ciência feminista. Almeida cita autoras que consideram a ciência tradicional como sendo androcêntrica e, a partir de uma crítica a esse modelo, questiona a quem serve o conhecimento e quem faz ciência. Ao repensar a ciência tradicional, podemos entender que a ciência não é algo à parte do contexto cultural e isso nos faz refletir também sobre a relação dos/das pesquisadores/as com o campo do estudo e sujeitos/as estudados/as (Almeida, 2020).

O androcentrismo pode ser evidenciado em várias áreas, incluindo na linguagem, na cultura, na política e nas normas sociais. Por exemplo, a linguagem androcêntrica usa pronomes masculinos como genéricos, sem mencionar as mulheres que “devem” se perceber representadas a partir do masculino. A cultura androcêntrica é constituinte do machismo, que muitas vezes ignora ou subvaloriza necessidades e direitos das mulheres; o limite final disto é a violência e o assassinato de mulheres, o que, infelizmente, ocorre cotidianamente no Brasil e no mundo.

Indo de encontro a essa situação, neste artigo, assumimos a responsabilidade no que diz respeito a uma construção epistemológica considerando o conhecimento adquirido, testado, validado e transmitido por mulheres, como forma de subverter uma cultura que reflete e reforça as hierarquias de gênero, perpetuando desigualdades, além de buscar ampliar o debate no que diz respeito às justiças epistêmica e científica. Nesse sentido, como feministas lésbicas, na Universidade somos construtoras e demandantes de Justiça acadêmica, epistêmica e científica (Auad, Lahni, Roseno, 2022).

Mulheres na Sociedade e Cidadania

O conceito de cidadania, para Covre (2001), socióloga, pesquisadora e livre docente pela Universidade de São Paulo (USP), aparece como categoria dependente da ação dos/as sujeitos/as e dos grupos básicos em conflito, assim como das condições globais da sociedade. Desta forma, a autora explica que, no decorrer da história, tivemos modelos de desenvolvimento de posturas que ora enfatizam o sujeito, ora as estruturas e seus mecanismos como agentes. Contudo, tal categoria permite avançar no pressuposto dialético marxista, que diz que os seres humanos fazem História segundo determinadas circunstâncias

estruturais, ou seja, nem só o sujeito, nem só a estrutura (Manzini-Covre, 2001). A análise de Covre sobre cidadania como categoria, dependente da ação dos/as sujeitos/as e das condições globais da sociedade, oferece, para nossa escrita, um quadro conceitual útil para compreender a luta das mulheres na ciência por igualdade de oportunidades, reconhecimento e participação plena em todas as áreas da pesquisa científica.

Nesse pensamento também reside a possibilidade de ligação entre os desejos e as necessidades humanas, enquanto indivíduos (subjetividades), e sujeitos grupais (no bairro, nas fábricas, nos sindicatos, nos partidos etc.), até chegar ao âmbito global da sociedade. Compreendemos, nessa relação que a autora nos traz, que no exercício da cidadania nos tornamos humanos. É por meio de nossas ações que o mundo se movimenta. Assim sendo, quanto à subjetividade humana, Manzini-Covre reflete que a construção de uma sociedade melhor passa pela revolução nas subjetividades das pessoas, podendo esta ser um rompimento com as trevas da alienação (Manzini-Covre, 2001).

Com a pandemia, experimentamos o sistema neoliberal capitalista nos conduzindo ainda mais para uma sociedade heteronormativa e racializada de maneira exponencial. Vimos e vivenciamos latentemente todas as searas daquilo que é público sendo privilegiado em serviços privados: a saúde, a educação, a comunicação, a arte e tantos outros direitos fundamentais, previstos na Constituição, agentes transformadores da revolução das subjetividades humanas, num sentido singular e plural.

Joan Wallach Scott, historiadora norte-americana, cujo trabalho, inicialmente dedicado à história francesa, foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero, escreve, em seu artigo “O enigma da igualdade”, sobre os conceitos de igualdade e diferença, do gênero, das identidades individuais e de grupo, enfatizando a necessidade de historicidade do tema dentro da sociedade contemporânea. Scott argumenta que a questão da igualdade precisa ser entendida em termos de paradoxo, e que indivíduos e grupos, igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão (Scott, 2005).

As identidades de grupo são inerentes à dinâmica social e política, estando intimamente entrelaçadas, já que as diferenças entre grupos se destacam e se tornam problemáticas em contextos políticos específicos. Por exemplo, a maternidade (erroneamente) foi com frequência usada para justificar a exclusão das mulheres da esfera

política, enquanto a raça (erroneamente) foi usada para legitimar a escravidão e a opressão de negros e negras. No entanto, é importante perceber que é o processo de diferenciação social que gera tais exclusões e opressões, e não o contrário, com as justificativas sendo posteriormente construídas em termos de biologia ou raça (Scott, 2005).

Em meio ao ambiente acadêmico, onde predominam sistemas de pensamento hegemônicos, ancorados em padrões brancos, eurocêntricos e patriarcais, é crucial questionar de onde derivamos nossa concepção de cidadania, o que também deve ser feito com outros conceitos basilares, em especial. Apesar de a ciência ser um método sistemático e rigoroso de investigação, visando compreender o mundo e desenvolver teorias explicativas, ainda nos deparamos com a persistência de modelos institucionais anacrônicos. Diante dessas reflexões, Scott nos instiga a ponderar sobre como tais questões estão intrinsecamente relacionadas:

Em quais circunstâncias a diferença entre os sexos importa para o tratamento das mulheres na política? Como é que a raça veio a justificar o trabalho forçado? Em quais contextos a etnicidade se torna uma forma primária de identidade? Como leis e outras estruturas institucionais produziram ou transformaram as fronteiras entre os grupos sociais? Quais têm sido as formas coletivas e individuais de resistência a identidades de grupo? (Scott, 2005, p.29).

Em conversa com tais perguntas, o Portal *Catarinas*^v, que desenvolve jornalismo conectado à agenda política feminista e de direitos humanos, em post publicado no Instagram, com autoria de Daniela Valenga, “Mulheres estudam mais, mas têm menos presença no mercado de trabalho”, traz alguns dados sobre o estudo Estatísticas do Gênero, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2022). Este estudo mostra que apesar das mulheres serem mais escolarizadas, seguem tendo menos presença no mercado de trabalho e com menor rendimento.

Em 2022, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho foi de 53,3%, enquanto a dos homens foi de 73,2%. Notavelmente, 45,4% das mulheres pretas ou pardas estavam inseridas no mercado de trabalho informal, em comparação com 30,7% dos homens brancos. É importante ressaltar que a menor participação das mulheres no mercado de trabalho não reflete seus níveis de escolaridade, os quais são, na verdade, mais elevados em comparação aos dos homens. Por exemplo, a proporção de mulheres com nível superior completo era de 21,3%, enquanto entre os homens era de apenas 16,8%. No entanto, a disparidade persiste quando analisamos as mulheres brancas em comparação com as pretas

e pardas: 29% das mulheres brancas completaram o ensino superior, em contraste com apenas 14,7% das pretas e pardas. Além disso, os dados revelam que as mulheres continuam dedicando quase o dobro de tempo que os homens aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos. Enquanto as mulheres gastavam em média 21,3 horas semanais nessas tarefas, os homens dedicavam apenas 11,7 horas. Mulheres pretas ou pardas dedicavam, em média, 1,6 hora a mais por semana nessas atividades do que as brancas. Por fim, o rendimento médio das mulheres era 21% menor do que o dos homens.

É evidente que esses dados reforçam a ideia de que as mulheres enfrentam diversas dificuldades no mercado de trabalho e no universo acadêmico, incluindo a desigualdade salarial, onde frequentemente recebem salários mais baixos do que os homens, mesmo desempenhando funções semelhantes ou equivalentes, assim como a falta de representatividade em cargos de liderança. As mulheres estão sub-representadas em cargos de alta gerência e liderança em muitas áreas profissionais, o que reflete um desequilíbrio de poder e oportunidades.

Ainda com base nessa recente estatística e em outras, sabemos que as mulheres enfrentam discriminação direta ou indireta no local de trabalho, incluindo preconceitos na contratação, promoção e avaliação de desempenho, dificuldade de conciliação entre trabalho e vida pessoal, considerando-se que as responsabilidades familiares ainda recaem com mais frequência sobre elas. Além disso, seguem altos os números de assédio sexual e moral, uma realidade para muitas mulheres no trabalho, criando um ambiente hostil e prejudicando sua produtividade e bem-estar.

Se pensarmos no universo acadêmico, além dessas questões, as mulheres também enfrentam desafios específicos, como viés de gênero na avaliação acadêmica. Estudos mostram, por exemplo, que elas são menos propensas a receber reconhecimento e crédito por seu trabalho acadêmico do que os homens. Como vimos anteriormente, também é notável a menor representação em liderança acadêmica, uma vez que são sub-representadas em cargos de liderança em universidades e instituições de pesquisa, incluindo reitorias, departamentos e comitês. E, também na academia, enfrentam assédio sexual e moral, bem como discriminação de gênero em diversas formas, o que pode afetar seu desempenho e progresso na carreira.

A cidadania e a realização da condição humana exigem a garantia de igualdade de oportunidades, direitos e dignidade para todas as pessoas. Ao destacar as barreiras que as mulheres enfrentam, como a desigualdade salarial, a falta de representação em cargos de liderança e o assédio, estamos reconhecendo que essas questões afetam não apenas as mulheres individualmente. É fundamental eliminarmos qualquer tipo de desigualdade, promover a equidade no acesso a oportunidades educacionais e profissionais e criar ambientes de trabalho seguros e inclusivos, na Universidade e em todos os lugares. Portanto, falar sobre cidadania e condição humana envolve reconhecer e agir na garantia de que todas as pessoas tenham a liberdade e os recursos necessários para se desenvolver plenamente em suas vidas pessoais e profissionais.

Discriminação na Academia

No contexto da filosofia política, geralmente há uma tendência a se pensar que as emoções são algo privado e individual, enquanto as razões são consideradas públicas e, portanto, abertas a debate. No entanto, assim como Sara Ahmed e tantas outras autoras e pesquisadoras feministas, acreditamos que as emoções são estruturas sociais que têm um impacto significativo em nossas vidas. Quando falamos de ‘estruturas de emoção’, estamos nos referindo a padrões sociais que influenciam como vivemos e nos relacionamos uns/as com os/as outros/as. Assim sendo, é importante analisarmos tanto as experiências pessoais quanto os sentimentos e emoções que surgem dessas experiências, de maneira que se legitimem especialmente gestos emancipatórios que formam parte da discussão pública e ação coletiva.

Além das muitas contribuições às nossas pesquisas, Sara Ahmed, assim como nós, é uma mulher lésbica feminista fazendo ciência. Ahmed é escritora e estudiosa britânico-australiana cuja área de estudo inclui a intersecção da teoria feminista, feminismo lésbico, teoria queer, teoria do afeto, teoria crítica da raça e pós-colonialismo. Os temas-chave de seu trabalho perpassam lugares como migração, orientação, diferença, estranheza e identidades mistas, relacionando-se diretamente com algumas de suas primeiras experiências, já que é filha de pai paquistanês e mãe inglesa, e emigrou da Inglaterra para Adelaide, na Austrália, com sua família, no início dos anos 1970.

Em *Viver uma vida feminista*, a autora Ahmed (2022) explora o conceito da "feminista estraga-prazeres", uma ideia que ela desenvolve ao longo de sua obra. Ahmed relata como esse conceito se revelou para ela pela primeira vez em um momento doloroso e desafiador,

e como revisitar essas experiências sob essa perspectiva lhe proporcionou uma aprendizagem profunda. Ao se deparar com a resistência e incompreensão ao expressar suas ideias, ela reflete sobre a incredulidade de não ser compreendida: Como podem não perceber o que está diante de nós? Ela observa que as memórias que tentamos reprimir, que nos causaram dor, ressurgem de forma mais intensa ao adotarmos uma postura feminista, pois além de enxergarmos o mundo de maneira diferente, enfrentamos a desconexão com outros mundos (Ahmed, 2022).

Nesse contexto, retomamos o conceito de alienação. Ahmed explora a alienação não apenas como uma sensação de negação, mas também como uma revelação. Ela nos provoca a perceber quanto essa sociedade branca patriarcal heteronormativa dita o que devemos gostar ou como devemos nos parecer. Quando não nos encaixamos nesse padrão, quando não amamos o que supostamente deveríamos amar, somos confrontados com essa desconexão, nos surpreendendo. "A alienação é instrutiva; aprendemos mais sobre nossos desejos quando estes não coincidem com o que é esperado" (Ahmed, 20, p.73).

É importante ressaltarmos que durante o processo de escrita de seu livro, Ahmed participou do grupo de trabalho que buscava enfrentar o assédio sexual no ambiente universitário britânico. Decepcionada com a cultura institucional que dificultava a percepção e resolução do problema, em solidariedade às vítimas, a autora optou por se demitir de seu cargo na Goldsmiths, Universidade de Londres, onde também dirigiu o Centro de Pesquisa Feminista. Desde 2016, Ahmed tem atuado como pesquisadora independente, ministrando palestras e organizando seminários e workshops.

As autoras associadas à epistemologia feminista questionam as formas sexistas de pensar e fazer ciência, destacando a divisão dicotômica do mundo em conceitos como público versus privado, masculino versus feminino, objetivo versus subjetivo, entre outros. Elas criticam o androcentrismo da Ciência Moderna, onde o sujeito universal é o homem branco ocidental, excluindo as mulheres dos espaços de produção do conhecimento, quase a todo momento. Essa desconstrução é crucial para abordar desigualdades sociais, reconhecendo a complexidade da sociedade e a necessidade de considerar relações de poder e valores universais na ciência. Isso influencia diretamente as metodologias de pesquisa, permitindo uma abordagem mais inclusiva e abrangente das diferenças nos estudos (Almeida, 2020). As teorias feministas oferecem recursos essenciais para evitar a romantização das emoções,

compreender os aspectos políticos dos afetos e conceber outras maneiras de agir, refletir e experimentar o mundo.

Contribuições para a Justiça Epistêmica e Científica

Em 2021, um grupo de mulheres cientistas brasileiras criou a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC), buscando estratégias para enfrentar os desafios da pandemia, com foco nas mulheres brasileiras. Ao longo de dois anos, aproximadamente quatro mil pesquisadoras aderiram à iniciativa, promovendo debates sobre gênero e raça, desenvolvendo projetos e estabelecendo parcerias para uma sociedade mais equitativa. Para ampliar o debate público, foi essencial envolver jornalistas, gestores/as públicos e movimentos feministas, através de seminários, conferências e campanhas de mídia, fornecendo conhecimento técnico para promover políticas inclusivas e, difundir experiências positivas de resposta à pandemia, enfatizando o papel das mulheres, para inspirar outras comunidades e gestores/as a adotarem abordagens similares.^{vi}

A Rede conta com um projeto em andamento chamado Banco de Dados de Pesquisadoras e Pesquisas que visa criar uma ferramenta para buscar informações sobre cientistas mulheres e suas pesquisas. Esse banco de dados terá várias finalidades, incluindo dar visibilidade às pesquisadoras e suas pesquisas, tornar as pesquisas acessíveis para gestores/as públicos/as, promover maior autonomia e qualidade na pesquisa liderada por mulheres, incentivar projetos que levem a ciência para meninas em idade escolar e compor um painel de mulheres na ciência brasileira. O projeto é apoiado financeiramente pela Fundação Friedrich Ebert (FES Brasil).

Em semelhante linha de trabalho, o Parent in Science é um grupo que atua em favor da parentalidade e da ciência. O grupo defende que “as *atividades de cuidado* [com filhas e filhos] *devem ser igualmente compartilhadas* (Grifo nosso) por homens e mulheres.”^{vii} E segue, em seus princípios norteadores:

Na ausência de equidade de gênero, as políticas de apoio [às/aos cientistas] *devem ser centradas na maternidade*, uma vez que evidências convergentes no Brasil e no Mundo demonstram que as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados domésticos e com filhas e filhos. (Princípios norteadores do Movimento Parent in Science, s.d, n.p, Grifo nosso)

Em artigo sobre o Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos – Flores Raras, as professoras Lahni e Auad (2022) citam disciplinas da graduação em Jornalismo e em

Educação – tanto obrigatória como eletivas –, por elas propostas e ministradas, que trabalham conteúdos sobre relações de gênero, feminismos e lesbianidades. Também nesse sentido, as docentes citam trabalhos de extensão, como o Cine Sapatão e Roda LésBi.

Outra iniciativa que se fundamenta nesse caminho é o Museu das Mulheres, primeiro museu brasileiro dedicado às mulheres, fundado em 10 de fevereiro de 2022. O Museu visa reconhecer o valor da produção de arte de mulheres no Brasil e no mundo, promovendo valorização, diálogo, união e equidade entre mulheres e outros segmentos da sociedade. Funciona tanto no ambiente virtual quanto físico, adotando tecnologias imersivas e interativas. Seus pilares são arte, cultura, história e educação, com programação voltada para promover o avanço, conscientização e protagonismo de mulheres de todas as idades, raças, etnias e classes.^{viii} Aqui, vale ressaltar a mudança mundial da definição de “museu”, que agora inclui “pesquisa”, “promoção da diversidade” e “reflexão”^{ix}.

Nesse contexto, a Dissertação de Mestrado de Fabiana Furlani Carlucci, uma das autoras deste artigo, defendida em fevereiro de 2024, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana pela Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba (PPGECH-UFSCar-So), destacou o papel das mulheres na ciência. Utilizando uma metodologia fundamentada em uma perspectiva feminista de pesquisa e apoiada em um estudo participativo com jovens envolvidas/os em uma experiência de arte e educomunicação durante a pandemia, chamada "Experimente Oficina", a pesquisa priorizou autoras em sua temática e interface, realizando assim uma epistemologia feminista ao concentrar-se exclusivamente em contribuições teóricas de mulheres. A orientação foi realizada pela Professora Cláudia Regina Lahni, que co-coordena o grupo de pesquisa Flores Raras - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Comunicação e Feminismos (CNPq), juntamente com sua companheira, Professora Daniela Auad (ambas coautoras neste artigo).

Desse modo, destacamos a urgência de promover políticas de apoio à participação das mulheres na ciência e de reconhecer suas conquistas e perspectivas únicas, por exemplo através de projetos que contemplem a educação, a cultura, a política, etc. Além disso, enfatizamos que justiça epistêmica envolve ampliar o escopo da pesquisa científica para incluir questões relevantes para mulheres e outras minorias sub-representadas, e promover uma cultura científica que valorize a diversidade de experiências e conhecimentos. Isso requer não apenas democratizar o acesso ao conhecimento, mas também criar espaços e

práticas que validem diferentes formas de compreensão do mundo, incluindo reformas institucionais, apoio a pesquisas sobre justiça social e estímulo ao diálogo intercultural e interdisciplinar.

Considerações Finais

Neste artigo, em prol da equidade gênero, dado o contexto em que ainda nós mulheres sofremos todo tipo de violência, buscamos evidenciar a importância da contribuição e promoção para a prática da Justiça Epistêmica e Científica. Isso, feito aqui especialmente a partir de pesquisa bibliográfica e reflexões sobre práticas acadêmicas, ressaltando a realização de uma Dissertação de Mestrado elaborada exclusivamente com referências femininas e feministas. Sabemos o quanto ser citada importa no cenário acadêmico de contagem de pontos referentes a publicações em periódicos A, B ou outro, para a conquista de um financiamento de pesquisa ou bolsa de produtividade, por exemplo. Em um quadro mais amplo, sabemos o quanto a visibilidade importa para o debate sobre problemas e a conquista de direitos, ainda muitas vezes tão distantes das mulheres. Esperamos ter contribuído com as reflexões sobre tal temática e, dessa forma, colaborar para a realização de práticas com sororidade entre mulheres.

Referências

AHMED, Sara. **Viver uma Vida Feminista**. São Paulo, Ubu Editora, 2022.

ALMEIDA, Gabriela Maria Farias Falcão de. A pesquisa científica a partir de olhares feministas. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/37407>. Acesso em: 18 nov. 2023.

AUAD, Daniela ; LAHNI, Cláudia; ROSENO, Camila. **Saberes docentes fora do armário: Educação como território de resistência**. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2022.

BRASIL. CAPES e Elsevier premiam 15 cientistas mulheres. *Portal CAPES*, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-e-elsevier-premiam-15-cientistas-mulheres>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. Mulheres na ciência: prêmio lançado pelo CNPq e MCTI fortalece a liderança feminina na inovação. Agência Gov, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/mulheres-na-ciencia-premio-lancado-pelo-cnpq-e-mcti-fortalece-a-lideranca-feminina-na-inovacao>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CAMPOS, Ana Cristina. A cada 24 horas, ao menos oito mulheres são vítimas de violência. **Agência Brasil**. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/cada-24-horas-ao-menos-oito-mulheres-s%C3%A3o-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CARLUCCI, Fabiana Furlani. Arte na Educomunicação, como potencialidade de jovens em espaços de educação. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos da Condição Humana) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/19768>. Acesso em: 03 de Jul. 2025.

COUTINHO, Beatriz; MOMBELLI, Cecília; AGOPYAN, Kelly; TENCA, Laira; CORRÊA, Mariana. Por que a pandemia afasta mulheres da ciência. **Outras Palavras**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/por-que-a-pandemia-afasta-mulheres-da-ciencia/>. Acesso em: 11 set. 2023.

LAHNI, Cláudia R.; AUAD, Daniela. Flores Raras - Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 21, n. 39, 2022. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/865>. Acesso em: 19 dez. 2024.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. Brasiliense: São Paulo, 2001.

NUNES, Fernanda. **Pesquisa da UFF relaciona falta de apoio à depressão de mães cientistas**. UFF, 2024. Disponível em: <https://www.uff.br/28-11-2024/pesquisa-da-uff-relaciona-falta-de-apoio-a-depressao-de-maes-cientistas/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, v. 13, n. 1, p. 11–30, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy#>. Acesso em: 26 abr. 2024.

IV SIMPÓSIO Brasileiro Maternidade e Ciência. Doity, [s.d.]. Disponível em: <https://doity.com.br/iv-simposio-brasileiro-maternidade-ciencia>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Notas

ⁱ Sobre isso ver: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-e-elsevier-premiam-15-cientistas-mulheres>

ⁱⁱ Sobre isso ver: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/mulheres-na-ciencia-premio-lancado-pelo-cnpq-e-mcti-fortalece-a-lideranca-feminina-na-inovacao>

ⁱⁱⁱ Outras informações em: <https://doity.com.br/iv-simposio-brasileiro-maternidade-ciencia> - acesso em: 3 dez. 2024.

^{iv} Sobre isso ver matéria de Fernanda Nunes, publicada no site da UFF: <https://www.uff.br/28-11-2024/pesquisa-da-uff-relaciona-falta-de-apoio-a-depressao-de-maes-cientistas/> - acesso em: 3 dez. 2024.

^v PORTAL CATARINAS. Disponível em: <<https://catarinas.info/>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

^{vi} REDE Brasileira de Mulheres Cientistas. Disponível em: <<https://mulherescientistas.org/>>. Acesso em: 22 abr. 2024

^{vii} <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science> - Acesso em: 19 dez. 2024

^{viii} Museu das Mulheres. Disponível em: <<https://www.museudasmulheres.com.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

^{ix} “A **antiga** definição estabelecia:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.

Já a **nova**, aprovada por unanimidade, estabelece:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento.” – Aprovada nova definição de museu. Em <<https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2022/2022-noticias-durante-o-periodo-de-defeso-eleitoral/aprovada-nova-definicao-de-museu#:~:text=O%20museu%20%C3%A9%20uma%20instituic%C3%A7%C3%A3o,de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20deleite.>>> - acesso em 8 de agosto de 2024.

Sobre as autoras

Fabiana Furlani Carlucci

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana (PPGECH-So) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba, é graduada em Cinema e Audiovisual pela Universidade Anhembi Morumbi e licenciada em Artes Visuais. Além disso, atua como arte-educadora, cineasta, atriz, produtora e diretora teatral. Sua jornada profissional inclui também o ensino de teatro na educação básica e a criação de propostas de disciplinas eletivas que contemplam arte e comunicação. É idealizadora do Projeto Experimente Oficina, uma iniciativa surgida durante a pandemia, destinada a jovens a partir de 11 anos. Nesse projeto, buscou integrar diferentes linguagens artísticas, explorando e compreendendo suas manifestações por meio da virtualidade. Apesar de acumular vasta experiência em trabalhos voltados ao público adulto, mantém um diálogo constante com as juventudes, desenvolvendo projetos que abrangem arte, educação e comunicação nesse universo. Escreveu, dirigiu e atuou em dezenas de peças teatrais que percorreram São Paulo, suas periferias, o interior e outros estados do país. Seu interesse abrange diversas temáticas, incluindo questões de gênero, equidade social e racial, movimentos sociais populares, comunicação, educação, arte e cidadania. Faz parte do Flores Raras - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos (CNPq).

Email: fabianacarlucci@estudante.ufscar.br **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0584-1824>

Daniela Auad

Professora Titular no Sistema Federal de Ensino Superior Brasileiro, no qual ingressou por concurso público em 2006. Atualmente, é Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, no campus de Sorocaba, (PPGEEd-So/UFSCar), na Linha de Pesquisa intitulada Formação de educadores, cotidianos e práticas educativas. Também na UFSCar, a pesquisadora e militante contribuiu para a fundação do Observatório Mulheres, o qual era projeto de extensão em 2024 e, em 2025, se tornou Unidade ligada à Administração Superior. No âmbito do Observatório Mulheres da UFSCar, Daniela coordena o eixo Feminismos e Mulheridades na Universidade, além de ser integrante do eixo de Comunicação. Na Universidade de São Paulo (USP), realizou Doutorado em Sociologia da Educação (2004), Mestrado em História e Filosofia da Educação (1998) e Graduação em Pedagogia (1995). Na Iniciação Científica, no Mestrado e no Doutorado, foi contemplada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Realizou, durante o Doutorado, estágio de pesquisa em Paris, no Instituto de Pesquisa em Ciências Contemporâneas (IRESCO), associado ao CNRS e à Universidade Paris 8. Concluiu pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de Campinas (UNICAMP), em 2008. Atuou como assessora técnica da Coordenadoria Especial da Mulher do Município de São Paulo e foi, no âmbito desta função, coordenadora do primeiro Curso de Gênero para Educadores da Rede Municipal da Cidade de São Paulo (2004). É autora dos livros *Feminismo: que história é essa?* (DPA, 2003), *Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola* (Contexto, 2006), *Gênero e Políticas Públicas: avanços e desafios* (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres UCDB/MS, 2008); *O Professor e a Professora diante das Relações de Gênero na Educação Física Escolar* (Cortez, 2012). É líder e fundadora, ao lado da Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni, do Grupo Educação, Comunicação e Feminismos, cuja ação se volta para pesquisas, estudos e participação na construção de políticas públicas, eventos de militância e atos de resistência feminista. Tanto na Universidade quanto no âmbito de variados setores outros da sociedade, como nos Movimentos Sociais, o Grupo, cujo nome (anti)social também é Flores Raras, realiza atividades de docência, pesquisa, extensão, administração, ocupação, resistência e transformação, a partir das variadas abordagens feministas, sobretudo os feminismos negro, decolonial e lésbico.

Email: auad.daniela@gmail.com **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-9805-1708>

Cláudia Lahni

Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (PPGECH-UFSCar So) e Professora Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Facom-UFJF). Fez pós-doutorado em Comunicação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutorado e mestrado em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da

Universidade de São Paulo (ECA-USP); especialização em Jornalismo pela Faculdade Casper Líbero; e graduação em Jornalismo (1990) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Lésbica Feminista, com a Profa. Dra Daniela Auad coordena o Flores Raras – Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos (CNPq). Participa do Observatório Mulher da UFSCAR. É do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom), da qual foi uma das fundadoras (em 2017). Foi coordenadora (2011-2012) do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Com Daniela Auad, coordena o Projeto de Extensão Mulheres Públicas Mulheres Que Publicam (UFSCAR). Cláudia Lahni é pesquisadora e publicou mais de 40 artigos em periódicos qualificados e mais de 30 capítulos em livros. Com Daniela Auad e Camila Roseno, publicou o livro Saberes Docentes Fora do Armário: Educação como território de resistência (Rio de Janeiro, Nau Editora, 2022).

Email: claudia.lahni@ufscar.br **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-6503-7179>

Recebido em: 02/06/2025

Aceito para publicação em: 18/06/2025